

Mudar mentalidades

Ana Paula Arendt*

Esta manhã em que escrevo estava lendo as notícias do dia, para minha grande surpresa, dou de frente a um vídeo com 11 milhões de visualizações e mais de 500 mil compartilhamentos. Assisto até o fim a palestra de um artista e filósofo de rua inteligentíssimo, o seu discurso redondo e questionador sobre os valores morais e religiosos contraditórios que estamos observando proliferar no Brasil hoje. Em seu pleito pelo retorno à lucidez, ele prega a recusa a discursos artificiais de uma mentalidade utilitarista. Denuncia, também, a religião como uma forma de invenção da verdade, para suprir explicações que não temos; considera infactível que um ser humano insignificante possa se colocar em contato direto com um Ser Supremo. Em suma: um comunista, gozariam hoje as pessoas que gostam de classificar o mundo, ao invés de compreendê-lo. Havendo tanta gente que defende o socialismo desde uma cobertura em Nova Iorque, eu evitaria atribuir o rótulo antiquado...

Pareceu-me de todo modo exagerado, da parte do filósofo, propor que todo relacionamento social ou discurso coletivo seja uma tentativa de controle tendo como finalidade o lucro... As pessoas querem partilhar o que aprenderam ser correto e isso é parte do ser humano. Vivemos em sociedade, e por mais que parte da sociedade aja pensando na utilidade ou no lucro, eis o perigo de generalizar: isso leva ao erro da simplificação e do isolamento dentro do próprio discurso, porque não permite vislumbrar algo que possa provar uma contradição. Afinal, conhecemos o que chamamos de elites que produzem as mentalidades e sentidos para a vida? Talvez nós mesmos sejamos parte constitutiva dessas elites, apenas pelo fato de escrever, pensar e nos arriscar a partilhar. E ter o básico seria ruim? Por que seria sucumbir a uma mentalidade suburbana, querer morar bem e dispor de algum conforto? Desprezamos o que no século XIX se chamava de burguesia; mas ignoramos o que nos leva a nos punir e nos privar, as contradições calcadas em enorme peso em nossa consciência coletiva, de que todo e qualquer bem terá sido adquirido por via espúria...

Hoje são várias as elites no Brasil, nem todas calçando “vitórias” para caminhar, ou causando prejuízos às pessoas ao seu redor, para encontrar um sentido de vida. E se há pessoas que ainda reduzem seus horizontes e perspectivas, a estabelecer como prioridade dispor de um melhor patamar, por seus próprios meios, por que gozar de um ainda maior patrimônio material, por meio do estabelecimento de impérios ideológicos e competições eleitorais, seria algo mais legítimo? E recorde-se que existe ainda no mundo quem busque inspiração no serviço e em uma vida simples, porque para isso não se necessita de nenhum bem ou ideologia...

Mas o excelente filósofo de rua busca ser coerente: há crítica tanto aos que buscam o conforto por seus próprios meios, quanto aos que buscam o conforto desde uma posição de poder, ideologia e autoridade. A religião, conforme ele, uma estrutura que favorece essa redução do ser humano a pior escopo, a corrosão da mentalidade humanista, para acumular verdades sobre coisas que não sabemos.

Mas se a razão não alcança tudo, como concluir com tanta certeza que toda religião é falsa, que Deus não se faz disponível? Considerando, ainda, descobertas recentes dos cientistas de que mais de 80% do universo é feito de matéria e energia que não podemos ver...

Uma internauta humilde, nas redes sociais, perde a paciência : sugere que o filósofo de rua estaria perdido na própria ignorância ; outra, menos dura, sugere ele está preso na armadilha do próprio discurso. Mas de toda maneira, me pareceu um discurso esclarecido sobre si mesmo, sobre suas escolhas e sobre as limitações do dinheiro, sobre as tendências competitivas que estamos vivendo no mundo corporativo e em outros lugares. Questionamento sobre mentalidades é algo sempre saudável e bem-vindo.

Nisto prossigo por minha conta: pois a mentalidade brasileira parece achar conveniente tantas peculiaridades de país subdesenvolvido... O elogio às favelas tem como pano de fundo a sobrevivência ao narcotráfico, sem dúvida; mas se vasculhamos as diferenças que desejamos abolir entre o que vivemos e o que observamos ser as condições de vida dos países desenvolvidos, em algum momento o brasileiro terá de pensar nisso; em desconstruir o glamour combativo de guetos degradados, nos quais se encerram pessoas pelo aspecto, origem ou aparência. Recordemos que as condições melhores que tanto desejamos para o Brasil não são apenas características de uma civilização ocidental; nem mais circunscritas à Europa e aos Estados Unidos e Canadá, onde frequentemente passam as férias os brasileiros que desejam ambientes mais amenos ; mas também se estendem hoje aos Tigres Asiáticos, países que até poucas décadas eram extremamente pobres, e que hoje ostentam um excelente nível de vida para suas populações, tanto do ponto de vista material, das necessidades básicas, quanto do ponto de vista educacional, de preservação de suas identidades. Fazem parte de um clube de países ricos, Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan ? Não fazem parte do clube dos ricos, mas apresentam indicadores invejáveis de educação e acesso a moradia e saúde de qualidade. Passaram por uma grande revolução industrial na década de 1970 e paulatinamente canalizaram os ganhos dessa industrialização a políticas favoráveis ao bem-estar e bons serviços. A China hoje uma grande potência mundial, pelo mesmo caminho, embora menos tranquilo, por suas maiores responsabilidades e antagonismos que desperta.

Mas sinto, desde nosso ponto de vista doméstico, e escrevendo para nós mesmos, que desejamos saltar da pobreza a Paris, sem resolver o problema de 1,4 milhão de pessoas no Rio de Janeiro vivendo em favelas, sem acesso a policiamento, saneamento, liberdades fundamentais de ir e vir... No Rio, o cartão postal de nosso País, e em outras cidades... Será que o Brasil se tornará um país mais seguro e sem violência, quando o Brasil tiver sido aceito por uma organização de países ricos? Por mais que tenhamos o melhor e mais qualificado corpo diplomático do mundo, e isso me parece um louvável resultado de nosso esforço conjunto como povo, não basta decretar o fim da pobreza para que os problemas de subdesenvolvimento tenham sido resolvidos. E talvez precisemos ter um choque de realidade sobre nós mesmos: de que nenhum outro país ou organização poderá fazer por nós o que precisamos alcançar por nós mesmos.

Imaginemos uma auditora que viesse verificar se de fato somos um país suficientemente desenvolvido e habilitado para partilhar da riqueza e estabilidade (sic da autora) de uma civilização com características semelhantes, de objetivos comuns, em um clube dos países mais ricos.

Neste exercício a auditora abre o jornal e observa que uma menina de 13 anos, no no bairro Mailasque, em São Roque, foi morta em 3 de outubro deste ano. A suspeita é de que teria sido esfaqueada pelo pai, o qual havia sido liberado da prisão; ali se encontrava preso por tê-la estuprado, e também estuprado a cunhada. Um magistrado certamente liberou o preso, ela cogita, mas a notícia não nos fala disso, de responsabilidades. Pois as estatísticas nos provam de que esse fato efetivamente não é raro, embora se tenha concluído que a violência contra mulheres é uma

pandemia em todo o mundo. A auditora imaginária do país desenvolvido desconhecido, imaginemos, bem sabe existir essa pandemia em pior grau em outros países, inclusive de maior desenvolvimento; observemos contudo a reação da sociedade brasileira, porque sendo brasileiros, sobretudo o Brasil nos interessa.

Ao pesquisar os arquivos de diversos jornais, ela observa que essa é apenas mais uma notícia chocante dentre outras milhares de notícias que acompanhamos nos cadernos policiais dos jornais, quando nos chegam. E a manicure lhe confirma: todos os dias, na Cidade Ocidental, onde ela mora, há um cadáver na rua de manhã.

Mas ela se torna visivelmente abalada por observar que a notícia se refere a uma criança, a uma menina de 13 anos, estuprada e morta pelo próprio pai. A auditora pesquisa e constata que a Lei Orgânica da Magistratura existe, mas nem o magistrado, nem o CNJ se pronunciaram neste caso, nem o jornalista pediu que o fizessem; na verdade, nenhum cidadão parece ter ido além de ler a notícia e se chocar com o fato. Apenas surge a polícia em busca do criminoso irracional arrebatado por algum demônio dos infernos. Ela busca, e de fato encontra notícia e registro de que juízes foram afastados de suas funções ou suspensos, consolada pela existência de um órgão de função efetiva, mas não encontra uma rotina de encaminhamentos em proporção correspondente às tragédias que surgem nos jornais; apenas quando alguém protocola ou protesta, liminarmente, vem o êxito. De praxe, não estão ainda estabelecidos procedimentos em função de dano físico ou óbito, incentivado ou resultante de uma decisão judicial. Não parece à auditora imaginária que seria estúpido cogitar: um magistrado poderia ter perfeitamente evitado o crime, tivesse evitado a decisão de liberar alguém que há pouco tempo havia sido condenado, capaz de estuprar a própria filha. Não seria um magistrado, excelentemente bem pago e respeitado, com sólida formação, capaz de igualmente cogitar que um preso denunciado por estupro, uma vez solto, iria certamente buscar vingar-se de quem o denunciou? Como supor que um magistrado não seja capaz de vislumbrar o efeito produzido por suas decisões judiciais, mas que seja capaz de proferi-las?

A mesma perplexidade adviria à auditora do país desenvolvido desconhecido, o ler sobre o caso de uma jovem de 16 anos em Guarulhos que foi espancada pelo pai, a qual teve seus cabelos raspados e corpo flagelado por um cabo de fio elétrico, por ter perdido a virgindade. O juiz, de uma Vara contra a Violência Doméstica, liberou o pai da menina, porque considerou uma justa “correição”, ignorando o Estatuto da Criança e do Adolescente, e que o Estado deve ter por objetivo garantir a liberdade fundamental da mulher em dispor de seu próprio corpo. Talvez no Irã pudéssemos constatar uma notícia assim, *tout court*, sem mais desdobramentos? E, em suas considerações primitivas, anteriores ao Estado de Direito que temos hoje no qual se objetiva a mulher goze cidadania, o magistrado preferiu ignorar também o fato de que a menina não perdeu a virgindade sozinha...

Talvez a decisão de prender o pai pudesse ser mais prejudicial à menina que liberá-lo; mas qual a mensagem o juiz transmitiu àquela família e à sociedade, ao afirmar que raspar cabelos e espancar são atos de “correição”? Qual ordem pública terá salvaguardado, sob qualquer perspectiva? A auditora imaginária, como demais cidadãos, também fica perplexa, pois nenhuma ordem pública pode ser mantida quando magistrados se tornam, por suas decisões, co-responsáveis por crimes. Eis nossos problemas interiores, que não se restringem apenas à forma como o Governo e o Estado tratam mulheres e crianças, mas também se estendem à frequência com que funcionários de

Governo e de Estado se esquivam de garantir princípios constitucionais básicos, em instâncias menores, quando podem e devem fazê-lo.

A um problema não se chega contudo a propor no Brasil uma solução que resolva esse problema. Ao invés do afastamento do magistrados que manuseou vidas com indiferença, ou de melhorias da Lei Orgânica da Magistratura pelos próprios magistrados, a fim de se evitar novas tragédias, a sociedade brasileira se cala, julgando impossível alcançar a Justiça e que os grandes princípios são dispensáveis. Políticos buscam a punição à classe jurídica: críticas aos altos salários dos magistrados, os excessos de auxílio moradia e tantos mais privilégios de que dispõe o servidor público. Surgem rapidamente e entram em cena também novos políticos para denunciar a grande disparidade entre os salários do servidor público e os salários do funcionário do setor privado, para sugerir que a redução de salários seria o único caminho para alcançar o desenvolvimento que almejamos.

Quem no Brasil irá recusar que muitos privilégios devem ser abolidos? Para mudar a mentalidade, e instituir que o servidor público deve se colocar a serviço do público, e não o público a serviço do funcionário, sem dúvida é preciso questionar privilégios.

A esse propósito, sobre a disparidade observada entre os salários dos servidores públicos e dos setores privados, a auditora imaginária busca verificar o salário dos professores das escolas públicas, do médico do SUS e dos policiais militares no Brasil. Verifica que todos estes ganham menos do que os funcionários que exercem funções equivalentes nas grandes empresas. Aliás, constatamos que são grandes empresas por causa disso: pagam salários melhores e atraem melhores funcionários. E como comparar os salários de quem representa um Estado, ou uma unidade federativa, ocupando cargo de Senador, por exemplo, com o salário de quem representa apenas uma grande empresa? Observemos, conforme os dados dos salários mensais de Presidentes de empresas, recentemente divulgados pela Revista Veja, em 2018:

Itaú R\$ 3.409.833,33

Santander: R\$ 2.248.795,76

Vale: R\$ 1.587.180,70

Bradesco: R\$ 1.329.375,00

TIM: R\$ 681.137,80

Petrobras: R\$ 17.554,42

Fonte : <<https://veja.abril.com.br/economia/saiba-quanto-ganham-os-presidentes-da-vale-itaue-petrobras/>>

Portanto, raciocina a visitante imaginária, a economia que faltaria ao Estado brasileiro para se tornar eficiente seria reduzir o salário dos servidores públicos, para alcançar o salário dos funcionários do setor privado...? Eis um falso problema, pois existem vários tipos de servidores públicos, e aqueles cujo serviço tem maior relevância para a sociedade nem de longe alcançam os

salários que são pagos no setor privado. Dificilmente uma auditora de outro país conseguiria, sendo realista, compreender tudo isso; a tragédia de debates políticos que não se aprofundam, na qual as disputas de vaidade entre lideranças ofusca a resolução dos problemas que persistem.

E por que, então, a solução seria reduzir salários no setor público, quando nos referimos à categoria de técnicos de apoio e assessores, não elevar os salários no setor privado? Afinal, os salários nos países desenvolvidos são mais altos, inclusive nos setores privados; isso aliás um obstáculo para nossa inserção no comércio. O raciocínio de reduzir salários no setor público para chegar ao pior nível do setor privado me parece revelar uma certa mentalidade regressista, para não dizer escravista. Afinal: em Genebra, uma pedicure cobra 60 francos suíços, algo próximo de 250 reais, para cada serviço. Em Lisboa, são raros os prédios que têm porteiros, e quando existem ganham pelo menos 600 euros, hoje o equivalente a cerca de 3 mil reais. Praticar o comércio sob uma disparidade muito grande de renda pode ser lucrativo para as empresas, por causa do câmbio, mas nos condena a nos satisfazer com a pobreza.

Além disso, a elevação dos salários no serviço público deveria produzir a tendência de elevar os salários praticados no setor privado, tanto nas grandes empresas, quanto por profissionais liberais, mas não é isso que vemos acontecer. Por quê? Ora: porque os salários dos servidores públicos são em geral são reduzidos. Apenas poucas autoridades públicas gozam de recursos praticamente ilimitados, e geralmente isso não ocorre sob a forma de salários... Observo um Deputado Federal ter gastado mais de 240 mil reais apenas com verba parlamentar, além de seu salário para exercer suas funções, enquanto outro Deputado, de maior atividade parlamentar, gastou pouco mais de 30 mil reais. Ofereceu muito mais serviços prestados e de maior relevância, porque a função de representação e legislativa não depende de quantidade de verba pública. Um novo aplicativo, aliás, está disponível para o eleitor que deseje acompanhar e monitorar o quanto gasta o seu representante... Talvez na era da informação isso se difunda e mude a configuração dos perfis dos políticos que consideramos exitosos. <<http://dados.gov.br/aplicativo/os-gastos-com-dinheiro-publico-ranking-dos-deputados-partidos-e-estados-brasileiros>> .

E retornando ao problema da mentalidade escravista que subsiste, há tempos foi ostracizado quem tentou frontalmente combatê-la, lembremos. Afinal, tanto o Exército quanto a elite de proprietários de terras no Brasil preferiu proclamar uma República e expulsar a liderança de quem moralizava o serviço público, dispensando a ostentação. E essa tendência ainda não foi revertida: há nichos dentro de elites econômicas brasileiras e do Estado que inexplicavelmente buscam justificativas para a manutenção dessa mentalidade que nos atrasa. Prosseguem as compras de iates, coberturas e de carros de luxo, de um lado; e os grandes fluxos de verba governamental em projetos públicos que jamais nos salvam, de outro, sabotando quem defenda outros parâmetros.

Venho de uma família republicana que defendeu a abolição e a igualdade jurídica *avant la lettre*, e sentiu a fúria estatal por ter simplesmente cogitado esses valores, se bem posteriormente se renderam os estadistas, tendo partilhado similar desgraça... Contudo, a despeito desses esforços, o que temos hoje, sob essa fachada criada improvisadamente para resistir a mudanças substantivas, dificilmente alcança o que se vislumbrava para alcançar a dignidade de si próprio, para inserir melhor o Brasil no mundo. A tendência de desenvolvimento e de mudanças pelas quais está passando o mundo, contudo, estão sendo absorvidas pelos países asiáticos e até mesmo por países africanos. No Brasil, ainda hoje se elogia àqueles burocratas que galgam na hierarquia dos

privilégios, dentro desse sistema pseudo-aristocrático. O que vemos na mídia é uma resistência à abolição desses critérios de prestígio. E não há, no que observamos hoje nessa persistência do aristocracismo, sequer a valorização do mérito de ostentar grandes feitos ou frases, como havia nos modelos aristocráticos antigos.

Mas jamais deveria ser questionada a mentalidade escravista sob um ponto de vista conspiratório ou ideologicamente socialista, anacrônico; e sim pelo que é, uma prova evidente de regresso bolorento, uma resistência a estender ao outro a dignidade que se reivindica para si mesmo. A arte insuficientemente abominando e ridicularizando a riqueza sem cultura e história, porque está dispersa... Como o filósofo de rua, artistas foram sendo excluídos dos grandes condomínios intelectuais universitários, onde somos obrigados a pagar a tarifa de adulações. Por conseguinte, raramente a filosofia ou a arte ali prosperam. Precisamos verdadeiramente daqueles personagens oitocentistas dos quais as pessoas fugiam de ser comparadas, que cortavam a a soberba não pela cabeça, mas pelo seu âmago, num estágio instintivo e humano anterior ao raciocínio, à hipocrisia.

Eu me recordo então, a esse propósito, de uma grande dama da sociedade em Brasília, que me aconselhava durante a difícil tarefa de escolher uma escola, para uma mãe de primeira viagem. Ela dizia ser melhor não inscrever minha filha em uma escola grande, ainda que observasse ali melhor conteúdo e professores mais bem pagos, pois ali ela seria apenas uma boa aluna entre tantos; que melhor seria matriculá-la em uma pequena escola, ainda que de cuidadores, onde ela fosse distinguida com destaque por todos. Veio-me à mente o episódio, para recordar que no Brasil ainda não captamos o que é a mentalidade humanista que produziu excelentes resultados nos países que consideramos desenvolvidos, e que marcaram mudanças de maior progresso tecnológico e melhores indicadores sociais e de desenvolvimento. Porque no Brasil ainda julgamos que viver em condições materiais parecidas, ou mais iguais, é manifestação de comunismo, algo que nos limita o espírito, ou que nos leva a um pior resultado de vida...

E dessa indiferença ao outro toleramos o intolerável. Por que não há, até os dias de hoje, um plano nacional emergencial de re-alocação das pessoas que residem em favelas, que se instalaram nesses bairros depois da abolição, em 1888? No Rio de Janeiro, o convite à realocação da população que vive em áreas degradadas significaria distribuir apenas cerca de 200 pessoas por município, fossem criadas melhores condições para essas famílias, considerando haver no Brasil mais de 5.500 municípios.

E porque não existe serviço militar obrigatório de um ano a todos os homens e mulheres, havendo tantas atividades voluntárias e necessidades de relevância pública que ainda precisam ser atendidas? Em Israel, 10% do PIB é constituído por atividades voluntárias e sociais...

Não se trata de defender ideias de uma matriz marxista, mas talvez o contrário. Pois quem não se choca ao visitar Brasília e se dar conta de que os bairros de moradores de menor renda ficam a vários quilômetros do Plano Piloto? Os trabalhadores de pequenos serviços tomam duas horas de ida e duas horas de volta em seus trajetos, residindo em regiões desenhadas sem nenhum atrativo ou patrimônio público, sem nenhuma explicação racional factível... Afinal, mesmo em um projeto desenhado por um arquiteto declaradamente simpático à ideologia socialista, não se começou construindo residências dignas em localizações viáveis para os operários que iriam construir a cidade utópica, hoje ocupada apenas por funcionários de alta renda. Eis que, independentemente de ideologia ou partido, não superamos ainda, pelo menos coletivamente, uma mentalidade antiquada.

Essa mentalidade escravista transposta à nossa modernidade nega cidadania a perfis conforme a renda e produz raciocínios equivocados sobre as mais diversas esferas e situações concretas da vida.

E quem poderia culpar o brasileiro por querer se esquivar desse problema, ao ter de conviver com notícias escabrosas nos cadernos policiais, sobre os bairros mais afastados e de menor renda? Certos aspectos repelem qualquer possibilidade de cogitar viver em um espaço comum, visíveis nas atitudes higienistas dos bairros mais ricos, quando se cogitam extensões de metrô – um transporte que, contraditoriamente, todos utilizam na Europa e nas grandes capitais do mundo... A realidade parece ser complexa e poderíamos cogitar soluções por meio de reformulações coletivas em todos os níveis, da reincorporação de disciplina pelo Judiciário para restabelecer cidadania, instituições com modos de operação mais justos; pela elevação da dignidade e educação em zonas degradadas, a mudança concreta de atitudes, a mudança estrutural no comportamento de consumo... A reformulação do que é, na sociedade brasileira, prestígio; a re-concepção de espaços públicos comuns, a proibição de novos empreendimentos que não incorporem uma dimensão mais humanista com os arredores... Em que paisagem, no Brasil, o patrimônio e memória pública estão, como nos países desenvolvidos, no centro e no cerne das considerações...? Talvez devêssemos começar por nos dedicar a cultivar a cultura nesses espaços, pois todo salto nacional efetivo passa por um consenso coletivo de mudança de mentalidades e de aspirações.

Afinal, a auto-estima do brasileiro, sempre em baixa e resignada ao pessimismo da deterioração, ignora que outros países lograram êxito em se desenvolver e que temos vizinhos cujos espaços de convivência urbana são substantivamente agradáveis, como a Argentina e o Uruguai.

Talvez o sistema democrático no Brasil permita ao eleitor ir cortando a cabeça dessas corporações informais de privilégios que se formam paulatinamente ao redor da indústria política, por meio da alternância; mas ninguém ainda mirou nem atirou no coração desse verdadeiro monstro que se alimenta da indiferença e do ódio social, a mentalidade escravocrata. Eis a ironia: o modo de pensar que herdou os resquícios do escravagismo não se incomoda em pagar 30% de sua renda em juros a empréstimos de habitação e a incorporadoras, nem preços altíssimos por carros, roupas, restaurantes e serviços de luxo, para comprar a inclusão; mas se recusa a pagar algo digno pelo serviço básico de professores e médicos, a valorizar a melhoria do estabelecimento da manicure, a comprar e financiar arte; a respeitar a qualidade de vida do porteiro, a se comprazer em tarefas quotidianas de ler um livro, a cozinhar a própria comida, ou a fazer atividades voluntárias mais simples. O retorno à convivência aprazível nas cidades, o resgate do espaço convidativo e seguro nos bairros, sempre a ser melhorado, depende disso.

Na antiguidade, a tarefa de alertar as cidades cabia aos profetas, anunciando as tragédias que um ser supremo reservava, denunciando as más condutas de autoridades e dando nome aos bois, para o povo; por vezes conquistavam grandes mudanças coletivas. Hoje, tantos jovens profetas escondidos em suas coberturas em Nova Iorque... E aqui retorno ao filósofo de rua maduro, que muito bem conseguiu, por meio do domínio de si mesmo, transmitir uma mensagem para abrir a cabeça das pessoas, de que é possível e urgente conceber novas mentalidades.

Deixo ao leitor dois poemas, um soneto para a Srta. Ágatha Félix, cuja morte aleatória muito me chocou. A falta de um lamento nacional ou reparação do governo brasileiro me fez pensar. Acrescento, ainda, um poema contendo uma crítica, sobre a confusão nestes tempos midiáticos entre vaidade e política.

Soneto CXVIII

Ana Paula Arendt*

(Para Srta. Agatha Félix)

CONSUMIDO pelas ondas, pelas marchas, pelos apelos
Ai! Teu corpo de queda, no solo de erva-doce, capitel de acanto
Razão fez cessar tantos brados de atropelos:
Ouço apenas tua voz, só então meu violão levanto.

Quem descartou uma menina ao caminho de passos ausentes?
Quantos homens provaram da paixão de ter uma filha,
E sobreviveram à pavorosa visão de sua carmesinha trilha,
Tolerando velhos eunucos, de violência devassos e dementes?

Nó de arbitrar mentiras: dispenso fio que a cerzideira desenrola.
Por que sobre rocha de ágata recai o que nos fere e desola?
Ela desmonta o robô desumano que tanto quis açoitar balas...

E a famílias que choram teu pranto, porque não buscamos melhores plagas?
Haja um serviço de realocar tristezas fundas de molhados suspiros...
A bairros melhores, longe de tuas batalhas contra os conflitos, em novos retiros.

Partenon

Ana Paula Arendt*

O gato bagunçando as pedrinhas que juntei,
Foge e finge me ameaçando ser leopardo.
A inveja e medo tornam o felino um covarde rei
Não quer eu desenvolva meu sonho pardo.

Também o homem desfaz os meus pequenos versos,
Argumenta ter mais títulos e amigos importantes
Incomoda-o eu viva fora do seu universo
Diz meu futuro é tombar e ser como antes.

Não sabem sempre fui mulher livre assim...
Vaidosos amigos de jogos e combinações
Me visitam e revisitam, desprezam minhas feições
Seus olhos sem vontade de ver além do fim
Que nos encerra e domina com predileções...

Chamam vaidade de política:
De luta entre o certo e o errado,
De mobilização das imagens e símbolos.
As mentiras no centro de uma arena venenosa.

Clamam conhecer os mais famosos e a balística,
Os conceitos dizem ter estratégia, ser firmados
Ídolos se debatendo contra ídolos:
Ignoram a beleza e o perfume da rosa.

Não plantam flores...

Zangam-se que eu não os admire.

No mundo, quem dialogará?
Onde estará o homem que ouve um pleito,
Onde estará a mulher que encanta o afeto?
Todos estamos ocupados em criticar por ser perfeitos,
Odiando tudo que seja maior que os nossos plexos.
Da política, pensamos: corrida com recordes...
E dopamos os demais maratonistas
Em condomínios intelectuais universitários...

Houve um tempo em que a política
Produzia reflexões redondas, maduras
Na alma de espelho bem construído.

Seu templo hoje tem finalidade turística,
Não enraíza o pensamento em pessoas tão duras
O convite à humanidade, a ser aberto e instruído.

* Ana Paula Arendt é cientista política, poeta e diplomata brasileira. Escreve mensalmente a coluna 'Terra à Vista' no portal do Observatório da Comunicação Institucional (O.C.I.).

—

Ressalva: os trabalhos sob o pseudônimo Ana Paula Arendt pertencem ao universo literário, refletem ideias e iniciativas da autora e não necessariamente posições oficiais do Governo brasileiro. Estes trabalhos literários buscam estar em consonância com os valores e princípios da Política Externa Brasileira relacionados ao diálogo, à dignidade humana, ao desenvolvimento e aos direitos fundamentais do indivíduo. A autora está sempre aberta a sugestões e críticas.